

Amanda Princy Batista Silva

Especialista em Linguística e Produção de Texto pelo Instituto Ieducare

Adriana Lima Brito

Especialista em Metodologia do Ensino da História do Brasil e do Ceará pela
Faculdade Padre Dourado.

Aline dos Santos Barros Azevedo Rocha

Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Teologia Hokemãh - FATEH.

Daiana Correia da Silva

Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Única de Ipatinã

Edja Rafaela de Moura Freitas

Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela
Universidade de Pernambuco - UPE.

Mikaelly Ferreira Sousa

Especialista em Administração Hospitalar pela UNINOVAFAPÍ-Afya

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre o papel da gestão escolar frente as avaliações de desempenho as quais nossos alunos são submetidos, fazendo um resgate da concepção de avaliação, chegando as avaliações em larga escala e suas abordagens, considerando os conceitos de uma gestão escolar democrática que visa o papel e a atuação da gestão escolar que contribuam para ações inerentes ao processo avaliativo no que diz respeito ao ensino e aprendizagem como forma de reflexão sobre ação. A gestão escolar deve visar a partir das avaliações de desempenho a melhoria do sistema educacional para além dos índices escolares quantitativos, buscando a formação do estudante e o desenvolvimento de suas habilidades e competências. Fundamentaram este debate as contribuições de Luckesi (2011), Hoffmam (2001), Antunes (2003), Libânio (2003), Both (2007), entre outros.

Palavras-chave: avaliação; aprendizagem; gestão escolar.

INTRODUÇÃO

A qualidade do cenário educacional tem sido uma busca constante dos sistemas de ensino, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. De acordo com o artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, o ensino será ministrado tendo como base, principalmente, a garantia de padrão de qualidade. Esse só será efetivado através de práticas capazes de proporcionar progressos quanto ao desempenho dos alunos.

Com base nesses fatores, o presente trabalho se justifica na necessidade de alçar debates acerca da avaliação no desempenho do aluno como pressuposto das práticas de gestão. Nessa perspectiva, ressaltamos o papel da avaliação, seja ela de caráter interno ou externo, como meio para efetivar os objetivos educacionais, o planejamento e execução de ações que direcionam as atividades a serem conduzidas pela gestão escolar.

Sendo ato de reflexão sobre sua própria ação, a avaliação interage com o meio físico e social, onde influi e ao mesmo tempo sofre as influências desse próprio ato de pensar e agir. Dessa forma, é a avaliação como reflexão que pode mudar a realidade que foi avaliada.

Nesse sentido, consideramos que a formação do Gestor Escolar, ou a falta da mesma, possui implicações positivas ou negativas na organização do trabalho pedagógico e administrativo das escolas, sendo inclusive um dos fatores que podem influenciar no desempenho escolar dos alunos.

A avaliação da aprendizagem

Segundo Hoffman (2001), nas últimas décadas o problema da avaliação da aprendizagem tem sido discutido por diversos estudiosos no assunto, com foco no que diz respeito a superação de concepções classificatórias utilizadas nas avaliações escolares que fazem uso muitas vezes de medidas padronizadas e estáticas, para construção de uma avaliação escolar consciente e reflexiva que valorize o objeto da avaliação e as situações avaliadas. Esse fato coloca o papel importante do educador, que se apresenta como o avaliador do processo de aprendizagem dos seus alunos e da sua própria prática. A avaliação deve auxiliar professores a rever metodologias, planos e ações, assim como ajudar os alunos a alcançarem um nível superior de aprendizagem que os faça crescer e não somente os classifiquem por meio de notas quantificadas.

Alertam os estudos contemporâneos sobre a diferença entre pesquisar e avaliar em educação. Enquanto a pesquisa tem por objetivo a coleta de informações e a análise e compreensão dos dados obtidos, a avaliação está predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido, pela observação ou investigação, a serviço da melhoria da situação avaliada. (HOFFMANN, 2014, p. 19)

De acordo com Luckesi (2011), a avaliação como forma de conhecimento é quem vai dar base para obtenção de resultados eficientes de determinada ação, que nesse caso é a aprendizagem do aluno. Deve possibilitar a obtenção de resultados desejados e definidos e não apenas resultados que sejam possíveis.

Quem detém o conhecimento detém o poder de fazer. Ele é um recurso que se soma a muitos outros; sem ele,

porém, também nada se faz de forma qualitativamente elaborada. É um suporte para a ação adequada e satisfatória, o que se traduz em capacidade de construção dos resultados desejados. Sem conhecimentos não se chega aonde se deseja. Investigar para conhecer e conhecer para agir são dois algoritmos básicos para a produção de resultados satisfatórios. O contrário disso é: sem investigação, não se tem conhecimentos, e, sem conhecimentos, não se tem eficiência e qualidade. (LUCKESI, 2011, p. 149)

Quando se coloca a contribuir para a obtenção de resultados satisfatórios, a prática da avaliação depende de uma ação pedagógica que seja construtiva, pois a avaliação pode gerar uma ação interventiva onde o educador traça os melhores meios para alcançar os melhores resultados possíveis da sua ação. Luckesi (2011) nos lembra que a escola de maneira geral não tem buscado o sucesso, que a pedagogia tradicional nos permite ministrar aulas e ficar esperando que o educando tenha aprendido. No entanto, no contexto de uma pedagogia construtiva, não devemos ficar à espera de que o aluno tenha aprendido alguma coisa porque a aula foi dada, mas sim que ele tenha aprendido porque o professor investiu numa ação pedagógica que foi de investigação, aplicando devida intervenção e avaliando seu desempenho, para assim obter resultados que foram definidos e desejados.

Luckesi (2011) acrescenta que uma prática educativa que tem a avaliação como subsídio de resultados que foram definidos e desejados, deve fundamentar-se na ideia de que todo educando aprende e, dessa maneira, se desenvolve. Implica em um investimento rotineiro na sua aprendizagem, e os obstáculos, as dificuldades que apareçam no percurso não devem ser fonte de desânimo, mas um estímulo para que o educador invista ainda mais no processo de aprendizagem dos seus educandos.

Ensino, avaliação e aprendizagem não se justificam plenamente por si sós, mas sempre em função de um bem acadêmico maior, o da educação. E para uma compreensão melhor do que seja educação, tem ela sua origem no verbo educar, que, por sua vez, provém do verbo latino educere, que significa trazer para fora, fazer desabrochar. E fazer desabrochar quer dizer mostrar-se para a vida de forma real, revelar-se para o externo, desvelar potencialidades como desdobramentos da educação. (BOTH, 2007, p. 59)

Na mesma linha de pensamento segue Hoffmann (2014) quando afirma que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”. E completa dizendo que “a avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar sobre seus atos, de

analisá-los, julgá-los, interagindo com o mundo, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir” HOFFMANN (2001).

Segundo Antunes (2003) a avaliação deveria deixar evidente para o professor aquilo que ele ainda necessita inserir na sala de aula como matéria de análise, reflexão e estudo. Ao mesmo tempo que ele avalia seu aluno, ele também está avaliando seu trabalho e verificando novas maneiras de atuar. Assim sendo, não é a avaliação um ato isolado, que consta no calendário da escola e que depois tudo retorna ao seu lugar sem levar em consideração os resultados alcançados que devem ser fonte para futuras decisões.

Aprovar ou reprovar um aluno não deve ser o foco principal do ato de avaliar, mas que partindo dela o educando possa perceber o seu real nível de desempenho, e decidam até que ponto querem engajarem-se com a aprendizagem. Hoffmann (2001) diz que “é a compreensão e definição da finalidade da avaliação da aprendizagem que deve nortear as metodologias e não o inverso, como se tem observado até agora”. O processo de avaliação precisa ser coerente com o processo de aprendizagem, o que inclui sua concepção, finalidade, intervenção, que determinam estratégias metodológicas de ensino.

Avaliação em larga escala

A avaliação é um elemento que se faz presente em todo o processo educacional, faz parte do dia a dia da escola e é importante item da prática pedagógica, pois nos fornece importantes informações acerca da realidade na qual desenvolvemos atividades de ensino-aprendizagem. E para além das avaliações tradicionais já existentes, dentro desse processo fazem parte as avaliações externas, também conhecidas de avaliações em larga escala com objetivos e procedimentos próprios e diferentes daquelas realizadas pelo professor em sala de aula.

De acordo com Luckesi (2011), sobre a educação no país, desde o ano de 1988 foram sendo implantadas no Brasil avaliações nacionais, tendo sido implementada pela primeira vez no Ensino Fundamental com o chamado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que teve no ano de 1990 sua primeira edição, complementada no ano de 2005 pela Prova Brasil.

Compondo o conjunto de avaliações em larga escala, além do Saeb, temos o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, que verifica o desempenho dos alunos do Ensino Médio desde o ano de 1998, o Exame Nacional de Desempenho de estudantes – Enade, que veio substituir o Exame Nacional de Cursos, o Provão, que foi criado em 1995, e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, criado no ano de 2004, que atua em todas as instituições de Ensino superior.

Essas avaliações do sistema nacional de educação destinam-se a investigações sobre a qualidade da educação brasileira nos diversos níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior e à pós-graduação.

Administradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, elas representam um diagnóstico da educação nacional. Para tanto, são utilizados variados instrumentos de coleta de dados, cuidadosamente elaborados, seguindo as teorias mais significativas de coleta de dados para avaliação em educação, e a coleta e a interpretação dos dados são realizadas de acordo com os parâmetros científicos contemporâneos. (LUCKSI, 2011, p. 430)

O Centro de políticas públicas e Avaliação da Educação - CAED, da Universidade de Juiz de Fora, relata que as avaliações em larga escala utilizam-se de testes de proficiência e questionários, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar e os fatores intra e extraescolares associados a esse desempenho. A partir da Matriz de Referência, são elaboradas as avaliações de proficiência, que revelam o que é avaliado para cada área do conhecimento e etapa de escolaridade, fornecendo dados das competências e habilidades esperadas em variadas etapas de complexidade.

As avaliações em larga escala, de natureza externa, utilizam, mais frequentemente, testes compostos por itens de múltipla escolha por meio dos quais apenas uma habilidade é avaliada. Esse tipo de avaliação apresenta três objetivos básicos: (a) a definição de subsídios para a formulação de políticas educacionais; (b) o acompanhamento ao longo do tempo da qualidade da educação; e (c) a produção de informações capazes de desenvolver relações significativas entre as unidades escolares e órgãos centrais ou distritais de secretarias, bem como iniciativas dentro das escolas. (Guia de elaboração de itens, Língua Portuguesa, CAED, 2008, p. 9)

A melhoria da qualidade da educação no Brasil segundo relatam Tavares e Neubert (2014) “esteve associada à adoção de políticas educacionais e reformas que sempre tiveram nas avaliações em larga escala um elemento central”. Ou seja, fica evidente para eles que as avaliações em larga escala têm influenciado fortemente os avanços relacionados aos índices de desempenho apresentados pelos alunos da rede pública.

No âmbito escolar, a avaliação externa fornece informações para que gestores da escola e professores possam realizar um diagnóstico nas áreas em que atuam e planejar ações educativas mais eficientes. No âmbito da gestão do sistema, a partir dos resultados, governantes e gestores passam a ter dados que os orientarão tanto no redirecionamento de trajetórias quanto no planejamento de ações mais específicas. Na avaliação em larga escala, apesar de os resultados

poderem ser dados individualmente, seu foco é todo o sistema educacional avaliado: a turma, a escola, a regional, o estado. (Guia de elaboração de itens, Língua Portuguesa, CAED, 2008, p. 9)

Para Luckesi (2011), às avaliações externas, deveriam assumir de fato um caráter de diagnóstico da realidade da educação no Brasil, fornecendo os subsídios que sustentam os investimentos na qualidade do ensino, mas segundo o autor, o que ele tem observado é que em sua maioria, os resultados das avaliações não têm gerado o devido investimento a favor da melhoria da qualidade do ensino no Brasil. “Não bastam investigações e mais investigações sobre a qualidade da educação nacional. Importa o que se faz com base nos resultados obtidos” (Luckesi, 2011, p. 430). As distorções presentes no processo de avaliação vão para além do próprio sistema de avaliação, e podem estar ligadas com o restrito acesso aos seus resultados, assim como também pela criação de rankings entre as escolas. Este último não deve ser o objetivo da avaliação, pois seu objetivo principal é de diagnosticar a qualidade do ensino ofertado e a partir daí possibilitar a elaboração e aplicação de devidas intervenções para melhorar o ensino.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

O Saeb permite que as escolas das redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Realizado desde 1990, o Saeb passou por várias estruturações até chegar ao formato atual. A partir de 2019, a avaliação contemplou também a Educação Infantil, ao lado do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Definida a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o Saeb teve que revisar suas matrizes de referência. Em Língua Portuguesa e Matemática os testes prosseguem tendo como referência as matrizes vigentes do Saeb de 2001. Já as matrizes dos testes de ciências da natureza e ciências humanas, do 9º ano, e os de Língua Portuguesa e Matemática, do 2º ano, seguem a BNCC de 2017.

No Ensino Médio, são aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes das 3ª e 4ª séries do Ensino Médio tradicional e integrado. Diretores e secretários de educação respondem a questionários eletrônicos. Professores e estudantes respondem a questionários de papel.

Destacamos que os resultados dos estudantes nos testes cognitivos

permitem avaliar a aprendizagem, enquanto os resultados dos questionários possibilitam analisar o nível socioeconômico, os serviços sociais, a infraestrutura, a formação de professores, o material didático e os programas estruturados. A verificação isolada da aprendizagem não é capaz de avaliar a qualidade, porque a educação escolar também envolve as interações entre o ambiente em que os estudantes estão inseridos e as relações que estabelecem entre os diversos sujeitos do processo educacional.

A gestão escolar democrática e as ações do gestor escolar nas avaliações de desempenho

Para se apresentar a compreensão que se adota aqui sobre gestão democrática, deve-se ter em mente a noção que gestão e democracia estão ligadas a processos de administração, de gerir espaços, estruturar relações e encaminhar deliberações. Segundo Moraes e Felgar (2013) Gestão e Administração são termos relacionados à ciência social que se preocupa em entender e sistematizar conhecimentos que permitam ampliar recursos e resultados; com objetivos pré-estabelecidos. De acordo com Moraes e Folgar (2013, p. 2):

A gestão, na perspectiva administrativa, se caracteriza como atividade multi, inter e transdisciplinar, uma vez que se vale e interage com conhecimentos inerentes ao direito, à contabilidade, à economia, à psicologia, à matemática, à estatística, à sociologia, à informática dentre outras. Mais ainda, se gestão for apropriada como gestão democrática, deve, então, estar atenta à vontade da maioria das pessoas envolvidas, considerando-se a etimologia do termo democracia (demo = povo e cracia= forma de governo). Donde se depreende que democracia é um processo no qual todos os cidadãos são legitimados a participar do poder e do governo, ainda que de formas diferentes. Por conseguinte, a gestão democrática absorve todos os envolvidos (ou deve absorver).

Os estudiosos e estudiosas como Araújo (2009, 2011), Brasil MEC (2007), Perfeito (2013), Silva (2016) entre outro(a)s referenciado(a)s neste artigo coadunam em pensar a gestão democrática da escola ligada ao processo de luta da sociedade pela democratização do Estado brasileiro. Nesse sentido, existe um entendimento de como as relações sociais ocorrem no interior das escolas, eles passam por processos sócio-históricos do Brasil.

Araújo (2009) discorre que foi em um contexto de amarras autoritárias que se instaurou o debate sobre gestão democrática de forma política educacional, a partir da década de 1980, com o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Nesse cenário, havia reivindicações pela democratização do Estado Araújo (2011), por parte dos educadores e setores progressistas da sociedade em romper com a lógica da administração autoritária e empresarial vigente no contexto escolar:

denunciando a divisão hierarquizada do trabalho que operacionalizava-se via direções de escola como arenas para práticas escusas de troca de favores. “Assim, esses setores exigiram o rompimento com a concepção eminentemente técnica da administração; o fim do predomínio de uma racionalidade tecno-científica, que concebia a administração como uma prática ‘neutra’” (ARAÚJO, 2011, p. 35).

Conforme Araújo (2009, 2011), esse debate é levantado como bandeira dos profissionais da educação, com o intuito de construir uma experiência democrática através de novas relações – que poderiam ser estabelecidas – entre os diversos sujeitos e a comunidade escolar. De acordo com Araújo (2009, p. 254):

A gestão democrática, assim, passou a ser entendida como meio de democratização das instâncias de poder no interior da escola e como forma de garantia da participação efetiva e permanente da comunidade nos rumos da educação. Uma vez que na escola também predominava o autoritarismo, a hierarquia, a burocracia e a troca de favores, marcas características do Estado centralizador e patrimonialista. Enfim, a escola pertencia mais àqueles que a dirigiam – na maioria dos casos, tecnocratas – do que à comunidade. Ou seja, faltava-lhe sentido público.

Ainda é explicado por Bordenave (1994) que a luta pela participação social envolve processos participatórios, no sentido de que atividades desenvolvidas em grupo com um objeto específico, expressa necessidade ou demandas para defender interesses comuns, como também alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, bem como influir de maneira direta nos poderes públicos. Assim, “A educação pode e deve auxiliar a mostrar e a desenvolver o caminho do debate, das discussões produtivas, com o levantamento de ideias e possibilidades de melhoria de processos de desenvolvimento de inteligências múltiplas e de convívio social” (FERNANDES & PEREIRA, 2016, p. 468).

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na organização e administração da escola. É responsável por garantir o bom funcionamento da instituição, a qualidade no ensino e a formação integral dos estudantes, além de promover o desenvolvimento da escola e a realização dos objetivos estabelecidos.

“A organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados”. (LIBÂNEO, 2003, p.293).

A gestão escolar deve ter como diretrizes as metas e resultados a serem atingidos no caso do desempenho escolar dos alunos da atenção básica, é necessário que se construa uma boa relação entre a escola e a comunidade (pais e alunos), disponibilizando um ambiente seguro e com boa

estrutura para os alunos, clima escolar atrativo (a fim de evitar a evasão escolar), buscando sempre uma gestão democrática (com participação de funcionários, professores, coordenação e pais), para que os resultados sejam positivos e que se atinja as expectativas positivas e todas as metas de aprendizagem definidas no planejamento.

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (LÜCK,2009,P.23).

É necessário ainda que a gestão escolar, as diretrizes e as políticas educacionais caminhem juntas para que consigam mobilizar e articular as melhores condições de ensino na escola almejando ações e estratégias que auxiliem na formação e aprendizagem dos alunos, assumindo assim sua função democrática e participativa.

A qualidade na educação passa, necessariamente, pela quantidade. Em uma democracia plena, quantidade é sinal de qualidade social e, se não se tem a quantidade total atendida, não se pode falar em qualidade. Afinal, a qualidade não obtém por índices de rendimento unicamente em relação àqueles que frequentam escolas, mas pela diminuição drástica da evasão e pela democratização do acesso. Não se confunda qualidade com privilégio; em uma democracia plena, só há qualidade quando todos e todas estão incluídos; do contrário, é privilégio (CORTELLA,2008,P.15).

A gestão escolar precisa ser democrática e sempre visando a melhoria do sistema para todos, não somente atrás da melhoria dos índices escolares, mas principalmente na busca constante da formação do cidadão, que aprenda ser crítico com toda a realidade em que está inserido, durante o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

A gestão escolar é a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma sociedade, onde o gestor unido com os colaboradores e a participação da sociedade busca conceder suporte ao desenvolvimento do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi pautado nesse artigo e considerando as reflexões dos autores apresentados, o principal papel da gestão escolar nas avaliações de desempenho inicia-se com uma gestão escolar que seja democrática, pois a articulação do gestor com professores, alunos e responsáveis possibilitará alcançar de maneira mais assertiva os objetivos pretendidos, projetando suas

metas e proporcionando um ambiente acolhedor e atrativo para os alunos.

O ato de avaliar é importante para todos, escola, família e sociedade. Os meios avaliativos são diversos e ajudam a desenvolver novos sistemas e instrumentos no processo de ensino-aprendizagem, onde podemos utilizar resultados e indicadores para melhoria da qualidade do ensino e enriquecendo o próprio conhecimento, valorizando cada vez mais a educação como um todo.

Assim cabe a gestão escolar, em parceria com todos que fazem parte da escola, encaminhar os alunos para realizarem com tranquilidade essas avaliações sejam internas ou externas, escola pública ou privada, e alcançarem com sucesso bons resultados de desempenho.

Ressaltamos que a verificação isolada da aprendizagem não é capaz de avaliar a qualidade, porque a educação escolar também envolve as interações entre o ambiente em que os estudantes estão inseridos e as relações que estabelecem entre os diversos sujeitos do processo educacional.

A avaliação como reflexão pode mudar a realidade que foi avaliada. E dessa realidade faz parte a escola e se faz necessário que aconteça uma reflexão coletiva que envolva professores, alunos e comunidade. A partir dessa ação de reflexão conjunta podem ocorrer processos de mudanças que vão além de transformações das práticas de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003;

ARAÚJO, Adilson Cesar. **A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes**. Retratos da Escola, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/116> Acesso em: 15 de fev. de 2023;

_____. **Gestão, avaliação e qualidade da educação: contradições e mediações entre políticas públicas e prática escolar no Distrito Federal**. Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2011. Tese (Doutorado em Educação);

CORTELLA, Mauro Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

BOTH, I. J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: a filosofia do conhecimento**. Curitiba: IBPEX, 2007;

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994;

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de

1996;

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental:** Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998;

BRASIL. Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007;

CAEd/UFJF – **Guia de elaboração de itens** – Língua Portuguesa. Juiz de Fora: 2008;

FERNANDES, Sergio Brasil; PEREIRA, Sueli Menezes. **Gestão escolar democrática:** desafios e perspectivas. Roteiro, v. 41, n. 2, p. 451-474, 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9566> Acesso em: 15 de fev. de 2023;

HOFFMANN, J. **Avaliação - Mito e Desafio:** uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: 2001;

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componentes do ato pedagógico.** Cipriano Carlos Luckesi – 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011;

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003

MORAES, Nanci de Campos; FELGAR, Júlia Antonietta Simões. **A importância da gestão escolar democrática.** Trabalho apresentado no VI Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson” – UNAR, em 17 de setembro de 2013 e que foi publicado de forma reduzida nos Anais do evento. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/2_a_importancia_da_gestao_escolar_democratica.pdf Acesso em: 27 de fev. de 2023;

PERFEITO, Ana Jayra dos Santos. **A democratização da escola e a desconcentração administrativa mediante a eleição de diretores.** Universidade Tecnológica Intercontinental. Asunción - Paraguay 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da educação);

SILVA, Nilson Robson Guedes. **Democracia e educação na Constituição Federal, na LDB e no PNE:** a participação da comunidade na escola. Educação em Análise, v. 1, n. 2, p. 278-297, 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/25272>
Acesso em: 15 de fev. de 2023;

TAVARES Jr. F; NEUBERT, L. F. **A qualidade da educação e a disseminação de sistemas de avaliação.** In: Estudos em Avaliação Educacional – Avaliação em Larga Escala e Gestão Educacional. São Paulo, v.2